ACÓRDÃO DA 1ª CAMARA	**:**	**AC01-G.RC-389/2014**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/11326/2013
PROTOCOLO	**:**	1427238
ÓRGÃO	**:**	PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA
RESPONSÁVEL	**:**	JOSÉ HENRIQUE GONÇALVES TRINDADE
CARGO DO RESPONSÁVEL	**:**	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 71/2013
RELATOR	**:**	CONS. RONALDO CHADID

I – EMENTA

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CONVITE. DISPENSA DA PUBLICAÇÃO DO AVISO EM IMPRENSA OFICIAL. AFIXAÇÃO NO MURAL DA PREFEITURA. CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES REGENTES DA MATÉRIA. REGULAR E LEGAL. APROVADO POR UNANIMIDADE.

1. Procedimento licitatório realizado de acordo com as disposições estabelecidas pela Lei n.º 8.666/93.
2. O convite dispensa certas formalidades em razão de seu trâmite simplificado, dentre elas a publicação do aviso em veículo de imprensa oficial.
3. Publicação tempestiva do aviso de licitação através de afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.
4. Inteligência do art. 22, § 3.º, da Lei n.º 8.666/93.
5. Correta e tempestiva remessa de todos os documentos exigidos pela Instrução Normativa TC/MS n.º 35/2011.
6. Regular e legal.

II – RELATÓRIO

Trata-se de processo de contas (autos digitais) em que se julga contratação pública – Contrato Administrativo n.º 712013– realizada pelo Município de *Aquidauana,* através de procedimento licitatório deflagrado na modalidade *Convite n.º 04/2013,* para aquisição de serviços de assessoria e consultoria na capacitação dos profissionais envolvidos no setor de compras e acompanhamento e orientação na execução de contratos.

O serviço licitado foi adjudicado à microempresa vencedora do certame – *Atlas Assessoria e Planejamento Ltda* –, pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada em termo de contrato à peça eletrônica n.º 19; com quem fora celebrada a avença pelo prazo de 06 (seis) meses, ao custo global de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Através do relatório de sua análise conclusiva, a equipe técnica vinculada a esta relatoria manifestou entendimento favorável à aprovação do processo licitatório, por considerá-lo em conformidade com as normas de licitações e contratações públicas aplicáveis.

Por seu turno, o representante do Ministério Público de Contas lançou parecer à peça virtual n.º 28, opinando pela irregularidade e ilegalidade do certame, em razão da ausência de publicação do aviso de licitação em veículo de imprensa oficial.

É o relatório.

III – VOTOS

Conselheiro *Ronaldo Chadid* (Relator):

Preliminarmente à análise de mérito dos aspectos relativos à (i) regularidade da contratação, é necessário delimitar a incidência das normas da Resolução Normativa n.º 76, de 11 de dezembro de 2013, à contratação examinada no processo em tela.

Publicado em 20 de dezembro de 2013, o novo Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, código de normas de caráter processual, entrou em vigor em 06 de março de 2014, data em que passou a produzir seus efeitos, inclusive sobre processos iniciados em períodos anteriores à sua vigência. Isso porque o direito brasileiro adota o sistema do isolamento dos atos processuais como forma de delimitar a imediata aplicação da lei nova aos feitos já em andamento. Desta forma, as novas disposições regimentais aplicam-se imediatamente aos processos em curso, a exemplo do o que ora se examina, sob a única condição de respeitar os elementos jurídicos,

que tenham valor próprio e independente, praticados sob a égide da Resolução Normativa n.º 57, de 7 de junho de 2006. Isso se deve ao fato de que seu conteúdo é de direito público, processual e, regra geral, imperativo; mas submetido às garantias inscritas no artigo 5.º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que impede que a lei nova prejudique o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Dessa forma, consoante à nova disposição regimental contida no artigo 10, § 3.º, inciso IV, alínea *a* e § 4.º[1], c/c artigo 13, inciso II, alínea *a* [2], ambos da Resolução Normativa n.º 76/2013, em razão do valor total da contratação – R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) – e o valor da UFERMS[3] na data da assinatura de seu termo de formalização – R$ 17,71 em maio de 2013 –; a competência para julgamento do contrato em apreço será da Câmara.

Passo às razões do voto.

O feito encontra-se em ordem e maduro para julgamento. A proposta de julgamento exposta nas linhas seguir se restringirá aos aspectos relativos à regularidade do processo licitatório deflagrado, bem como do contrato a que deu origem.

Com o respaldo das informações prestadas pela competente unidade de auxílio técnico vinculada a esta Relatoria, pude observar, ao contrário do que afirmou o representante do Ministério Público de Contas nas razões de seu *r.* parecer, que o processo licitatório – *Convite n.º 04/2013* – realizou-se em conformidade com as disposições estabelecidas pela Lei n.º 8.666/93, que estatui normas gerais para licitações e contratos administrativos.

O Ente licitante procedeu à correta e tempestiva remessa de todos os

[1] § 4º O referencial de UFERMS estabelecido no inciso II do caput é considerado:
I - na data da assinatura do respectivo instrumento de formalização, relativamente ao disposto no § 3º, I;
II - pelo valor, conforme o caso, da ata de registro de preços, do lance vencedor da licitação, do ato de dispensa ou de inexigibilidade de licitação ou do contrato celebrado, relativamente ao disposto no § 3º, IV, a e b, e V;
III - consoante as disposições do ato normativo pertinente, para os demais casos.
[2] Art. 13. Às Câmaras compete:
II - julgar:
a) as contas prestadas ou tomadas que envolvam valores superiores aos de quatro mil UFERMS, observado o disposto no art. 10, §§ 3º e 4º
[3] Resolução da Secretaria de Estado de Fazenda n.º 2.463/2013.

documentos indispensáveis à realização da fiscalização a cargo desta Corte de Contas, com previsão constante na Instrução Normativa n.º 35/2011, quais sejam, a indicação da existência de dotação orçamentária para a contratação; cópia do edital e seus respectivos anexos; o parecer jurídico sobre a licitação; o comprovante de publicação do aviso da licitação; a documentação de habilitação dos licitantes, dentre elas a Certidão Negativa de Débito com o INSS e a Certificação de Regularidade com o FGTS; cópias das propostas; bem como as atas de abertura e julgamento do pregão; os atos de adjudicação, homologação e a minuta do instrumento contratual.

No que diz respeito à exigência de publicação do aviso de realização do processo licitatório, em que pese a opinião manifestada pelo representante do Ministério Público de Contas, considero-a plenamente satisfeita. Ao contrário dos argumentos expostos no parecer ministerial, o processo licitatório, quando deflagrado na modalidade *convite*, dispensa certas formalidades em razão de seu trâmite mais simplificado. Dentre elas, aquela que obriga a publicidade em diários oficiais e jornais de grande circulação. No caso em exame, a Autoridade Ordenadora de Despesas procedeu corretamente ao afixar o aviso de realização do certame no mural da sede da Prefeitura Municipal, conforme se observa pelo documento trazido à peça eletrônica n.º 10 dos autos. Com isso, foi satisfatoriamente cumprida a finalidade da cautela, nos termos do artigo 22, § 3.º da lei n.º 8.666/93; que não é outra senão a de informar sobre a existência do certame a possíveis interessados não cadastrados no órgão promotor da pretensa contratação, mas que, eventualmente, queiram participar do processo de escolha.

Noto, portanto, consoante às disposições insertas no Estatuto de Licitações e Contratos, bem como os preceitos de direito público que, sabidamente, regulam as contratações celebradas pela administração pública, que todas foram plenamente atendidas, o que torna forçoso a proclamação de julgamento favorável ao processo licitatório deflagrado.

Do mesmo modo quanto à formalização do instrumento de contrato, regularmente celebrado com a microempresa *Atlas Assessoria e Planejamento Ltda*, estando presentes as cláusulas necessárias, previstas no Art. 55 da Lei n.º

8.666/93[4], visto que estabelece com clareza os direitos e obrigações das partes, assim como as condições para sua execução.

São as razões que fundamentam o voto.

Pelos argumentos expendidos, em desalinho com o *r.* parecer do Ministério Público de Contas, e sob o fundamento legal insculpido no artigo 13, inciso II, alínea *a,* da Resolução Normativa n.º 76/2013, profiro meu **V O T O** da seguinte forma:

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório – Convite n.º 04/2013 –; por estar em conformidade com as exigências do artigo 22, § 3.º e demais disposições da Lei n.º 8.666/93;

II – Pela **PUBLICAÇÃO** do resultado deste julgamento, nos termos do artigo 65, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012;

III – Pela **REMESSA DOS AUTOS** à 5.ª Inspetoria de Controle Externo para acompanhamento e análise dos atos praticados durante a execução financeira do contrato.

É o voto.

---

[4] Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
I - o objeto e seus elementos característicos;
II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
VIII - os casos de rescisão;
IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Conselheiro *José Ricardo Pereira Cabral:*

Com o relator.

Conselheiro *Waldir Neves Barbosa:*

Com o relator.

IV – ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da 1.ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a presidência do Excelentíssimo Conselheiro *Ronaldo Chadid*, na 9.ª Sessão Ordinária, de 27 de maio de 2014, na conformidade da ata de julgamentos n.º 09, por unanimidade de votos, nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator; em declarar a **REGULARIDADE** do procedimento licitatório – Convite n.º 04/2013 –; por estar em conformidade com as exigências do artigo 22, § 3.º e demais disposições da Lei n.º 8.666/93; em **PUBLICAR** o resultado deste julgamento, nos termos ao artigo 65, da Lei Complementar n.º 160/2012; e em **REMETER** os autos à 5.ª Inspetoria de Controle externo para acompanhamento e análise a execução financeira. DISCUSSÃO: Nesta oportunidade ninguém fez uso da palavra; DECISÃO: Aprovado, por unanimidade, o relatório e voto do Conselheiro Relator.

Participaram, ainda, deste julgamento: Excelentíssimos Senhores Conselheiros *José Ricardo Pereira Cabral* e *Waldir Neves Barbosa*, bem como do Representante do Ministério Público de Contas, Procurador de Contas, por substituição legal, Dr. *Terto de Moraes Valente.*

Publique-se.

Campo Grande – MS, 27 de maio de 2014.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator